

TRANSGERACIONALIDADE DE ADOLESCENTES QUE PRATICARAM OFENSA SEXUAL: ESTRUTURA FAMILIAR, LEALDADE, DELEGAÇÃO

TRANSGENERATIONALITY OF ADOLESCENT SEX OFFENDERS:
FAMILY STRUCTURE, LOYALTY, DELEGATION

TRANSGENERACIONALIDAD DE LOS ADOLESCENTES AGRESORES SEXUALES:
ESTRUCTURA FAMILIAR, LEALTAD, DELEGACIÓN

MARIANA MIRANDA
BORGES¹

LIANA FORTUNATO
COSTA¹

¹ Universidade
de Brasília - UnB

RESUMO: Este artigo procura compreender a complexidade da transgeracionalidade envolvida nas situações de ofensa sexual intrafamiliar cometida por adolescentes na iminência da maioridade. Trata-se de pesquisa qualitativa, em contexto clínico, e as informações foram construídas através dos genogramas de 4 famílias, com adolescentes de 16 e 17 anos. As contribuições para o estudo da transgeracionalidade têm base na compreensão da justiça familiar, da lealdade e da delegação dos valores de união familiar. As curtas histórias de vida desses adolescentes repetem as histórias de vida familiares que contêm um estado de estresse permanente, uma estrutura familiar instável, relações afetivas e sociais baseadas em conflitos, e rompimentos nas relações de afetos. Sendo assim, o processo de atendimento destas famílias necessita passar pelo reconhecimento da transmissão desses valores para que a interrupção do ciclo da violência sexual seja efetivada, diminuindo os fatores de risco presentes na ofensa sexual.

Palavras-chave: adolescente; ofensa sexual; transgeracionalidade.

ABSTRACT: The text studies transgenerationality with a focus on intrafamily sexual abuse committed by adolescents during a group intervention. It is qualitative research, in a clinical context, and the information was constructed through the Genogram. The participants were 4 families, with adolescents aged 16 and 17 years, aiming to point out the complexity of sexual abuse with an imminent age in reaching the age of majority. Contributions to the study of transgenerationality are based on an understanding of family justice, loyalty, and the delegation of family values. The short life histories of these adolescents repeat the family life histories that contain a state of permanent stress, having an unstable family structure, affective and social relationships based on conflicts, the presence of ruptures of relationships and affections. The sample is justified by the choice of instrument. The focus on transgenerationality offers a better understanding of the phenomenon of intrafamily sexual violence and adolescent perpetrators in this age group.

Keywords: adolescent; sexual abuse; transgenerationality.

RESUMEN: El texto estudia la transgeneracionalidad con foco en el abuso sexual intrafamiliar cometido por adolescentes durante una intervención grupal. Es una investigación cualitativa, en contexto clínico, y la información fue construida a través del Genograma. Los participantes fueron 4 familias, con adolescentes de 16 y 17 años, con el objetivo de señalar la complejidad del abuso sexual con una edad inminente para alcanzar la mayoría de edad. Las contribuciones al estudio de la transgeneracionalidad se basan en la comprensión de la justicia familiar, la lealtad y la delegación de valores familiares. Las breves historias de vida de estos adolescentes repiten las historias de vida familiares que contienen un estado de estrés permanente, tener una estructura familiar inestable, relaciones afectivas y sociales basadas en conflictos, presencia de rupturas de relaciones y afectos. La muestra se justifica por la elección del instrumento. El enfoque en la transgeneracionalidad ofrece una mejor comprensión del fenómeno de la violencia sexual intrafamiliar y los adolescentes perpetradores en este grupo etario.

Palabras clave: adolescente; abuso sexual; transgeracionalidad.

Recebido em: 23/09/2022

Aprovado em: 21/02/2023



A família é um sistema aberto em transformação, constituído por um grupo de pessoas conectadas por laços afetivos, emocionais ou sanguíneos. Seus membros desenvolvem padrões de interação e constroem uma estrutura vivencial com base nos acontecimentos do presente e das relações estabelecidas nas gerações anteriores e entre as gerações (Bucher-Maluschke, 2008; Minuchin, Lee & Simon, 2008; Penso, Costa, & Ribeiro, 2008).

Três aspectos se sobressaem nos estudos das relações familiares: o contexto sócio histórico, político, econômico (história atual) (Esteves de Vasconcelos 2002; Minuchin, 1982); e a herança geracional (história herdada) (Andolfi & Angelo, 1989; Boszormenyi-Nagy & Sparks, 1983). Assim, a estrutura familiar se refere a um “conjunto invisível de exigências funcionais que organizam a maneira da família interagir” (Minuchin, 1982, p. 57). A organização familiar, portanto, sustenta a estrutura do sistema e molda as interações em subsistemas, permitindo que as características comuns, geração / sexo / gênero / tarefas, reúnam seus membros para a execução de interesses mais próximos (Andolfi & Mascellani, 2012; Costa & Penso, 2008; Minuchin, 1982). Além disso, é importante a transmissão de valores, das crenças e da cultura familiar (Bucher-Maluschke, 2008), que pode reproduzir interações idiossincráticas, especialmente as relações violentas (Costa et al., 2020; Penso & Neves, 2008).

A família é, ainda, um importante contexto de desenvolvimento dos adolescentes, facilitando este processo através da dinâmica alternada entre a oferta de proteção e de liberdade. Esse contexto de desenvolvimento tem a sua complexidade ampliada ao se observar que se trata de um período com uma grande emissão de comportamentos de risco (Zappe, Alves & Dell Aaglio, 2018; Zappe & Dapper, 2017). Destaca-se que os comportamentos de risco são realizados de acordo com o contexto vivenciado e com vistas à experimentação devido ao processo de identificação com os membros da família.

Este texto tem por objetivo compreender a complexidade da transgeracionalidade envolvida nas situações de ofensa sexual intrafamiliar cometida por adolescentes na iminência da maioridade, retomando a interconexão da transgeracionalidade e do adolescente que comete ofensa sexual. Há um interesse especial nos sujeitos desta amostra por terem cometido o abuso sexual intrafamiliar em fase tardia da adolescência, e terem chegado à instituição jurídica e clínica, para responsabilização e atendimento, às vésperas de alcançarem a maioridade civil (Sandvik et al., 2017).

O abuso sexual intrafamiliar apresenta uma situação bastante complexa, pois inclui vítimas e perpetradores que, muitas vezes, mantêm uma convivência diária, de longo prazo e em espaço limitado. Neste texto, a preferência pelos termos ofensa sexual e/ou ofensor sexual se deve a sua conotação de prejuízo e a suas consequências mais amplas (com envolvimento de aspectos individuais, familiares e sociais) do que o cometimento de uma violência sexual (Musicaro et al., 2029). Os estudos têm mostrado que o ofensor é, na maioria das vezes, um adulto (pai, padrasto, tio) com grande acesso à vítima. No entanto, mais recentemente pode-se observar outra configuração, na qual o adolescente assume um papel mais ofensivo ao se responsabilizar pelos cuidados rotineiros da vítima (Borges & Costa, 2020; Costa et al., 2017; Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2009; Said & Costa, 2019). Essa configuração familiar pode resultar da ausência das figuras parentais em função do trabalho e da manutenção da renda familiar, trazendo maior vulnerabilidade aos membros da família quando esta está associada a conflitos / violência conjugal.

Em países de língua inglesa, essa questão já reúne interesse e pesquisas específicas (Eastman, Craissati, & Shaw, 2018), enquanto que no Brasil, apenas está se iniciando um vislumbre sobre essa complexa situação (Tavares, Costa & Moreira, 2021). A fim de lançar luz sobre esse tema, foi feita uma pesquisa qualitativa, referente a uma intervenção grupal em contexto clínico, e como instrumento de sistematização das informações foi utilizado o genograma (McGoldrick, Gerson & Petry, 2012). Acredita-se que as características salientadas possibilitem observar com maior exatidão os detalhes desta situação de violência sexual.

A transgeracionalidade, transmissão de informação verbal ou comportamental, ocorre ao longo do tempo e na sucessão das gerações (Bucher-Maluschke, 2008). O estabelecimento do compromisso de lealdade entre os membros de uma mesma geração, ou de gerações diferentes, corresponde às expectativas éticas, morais, filosóficas e psicológicas compartilhadas, e são o alicerce de uma identidade grupal (Boszormenyi-Nagy & Sparks, 1983). A lealdade familiar possibilita o surgimento de mitos, que são uma superestrutura pré-consciente e cognitiva, permitindo a elaboração de sentidos para lidar com conflitos relacionais internos e preservar a união familiar (Andolfi, 2018; Boszormenyi-Nagy & Sparks, 1983; Neuburger, 1995). Na melhor compreensão da expressão da lealdade e da vivência da violência intrafamiliar, tem-se o conceito de lealdade invisível (Boszormenyi-Nagy & Sparks, 1983), cunhado para traçar a existência de conflitos da “obrigação” de seguir os mandados apreendidos de gerações anteriores. O mito familiar é também um conceito traçado para explicar e justificar a presença de crenças imutáveis que, por assim serem, proporcionam a manutenção do equilíbrio entre os membros da família, aplacando a angústia de separação (Neuburger, 1995). O conceito de delegação diz respeito ao aspecto de o jogo relacional, característico em uma geração, ser profundamente afetado por jogos ocorridos em gerações anteriores. Autores como Boszormenyi-Nagy e Sparks (1983), Bucher-Maluschke (2008) e Neuburger (1995) construíram aproximações conceituais entre a psicanálise e a teoria sistêmica, demonstrando o poder da transmissão geracional dos afetos e mandatos inconscientes entre as gerações.

Do ponto de vista da transgeracionalidade, a presença de interações familiares violentas (mormente a sexual envolvendo diferença significativa de idades, ou seja, o ofensor com mais idade do que a vítima) pode comunicar diferentes aspectos da vinculação afetiva e do sentido de proteção. Por um lado, pode estar indicando uma posição isolada e mais vulnerável da vítima; por outro lado, um pedido de socorro do agressor (em nome do conjunto familiar), indicando que a união possa estar ameaçada, “devendo” retornar às suas características míticas (Andolfi & Mascellani, 2012; Costa et al., 2017; Neuburger, 1995).

Do ponto de vista social, político e econômico, essa comunicação implica em considerações mais complexas, como: inserção da família em contexto de vulnerabilidade social / econômica / comunitária / simbólica / política (Borges, 2022; Costa et al., 2020). A complexidade da situação se revela na vivência subjetiva e relacional, interna ou externa à família, que a coloca em situação de dominação / submissão / dependência de instituições. Acresce-se a esses contextos, a assimetria do poder reafirmada nas diferenças de geração, gênero e raça; sendo o mito reafirmado, nestas circunstâncias, pelo fato de crianças, adolescentes e mulheres (mais vulneráveis) serem objetos de propriedade do responsável familiar, como expressão da dominação.

Tomaz (2013) aponta características familiares que permitam a continuidade dessa situação: ausência de supervisão/autoridade parental, parentalização, papéis de gênero rígidos e estereotipados e o segredo. A parentalização se refere ao subsistema

parental ser ausente ou com frágil supervisão, favorecendo uma maior aproximação de um filho em relação a um membro parental, em detrimento de outro filho, trazendo fronteiras difusas e aumento da tensão sexual. A parentalização reúne papéis complementares de diferentes gerações sendo exercidos de forma igualitária, como se fossem membros de uma mesma geração (Penso et al., 2013). Essas condições participam do aumento da curiosidade sexual.

Por sua vez, a rigidez dos papéis de gênero e estereótipos viabilizam que as meninas sejam as maiores vítimas, devido à construção sócio-histórica do gênero feminino como objeto (Tomaz, 2013). Enquanto os segredos são fenômenos sistêmicos qualificados como dilemas éticos que não são solucionados através de regras simples. A vivência desse dilema distorce e mistifica a comunicação, assim como estabelece hierarquia na relação. O segredo é mantido pela lealdade familiar (Imber-Black, 1994).

MÉTODO

Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, realizada por meio de estudo documental e de campo (Flick, 2009). A análise documental permite ao pesquisador utilizar um ou mais tipos de documentos que são complementares; o campo considerado foi o da intervenção psicossocial grupal com adolescentes que cometeram ofensa sexual e suas famílias.

Quanto ao contexto da pesquisa, a intervenção psicossocial foi oferecida em um hospital / ambulatório público de saúde mental infanto-juvenil, na atenção à ofensa sexual. O formato da intervenção privilegia uma compreensão de que a ação terapêutica com adolescentes deve ser realizada em uma perspectiva familiar (Fishman, 1989). A intervenção grupal tem início com um período de acolhimento, no qual as entrevistas são realizadas abordando a família como um todo, os subsistemas e uma oportunidade de contato individual com o adolescente. A equipe responsável pelos atendimentos é composta por psicólogo/a, assistente social, psiquiatra, residentes e estagiários de medicina e psicologia, além de estudantes de pós-graduação. A intervenção ocorre em sete/oito sessões, com duração de três horas cada, em intervalo quinzenal. Os temas tratados nessas sessões são: proteção, sexualidade, violência sexual, transgeracionalidade e projeto de namoro. As sessões seguem uma orientação metodológica no uso de recursos do Psicodrama, que favorecem a criação de ambiente mais relaxado, beneficiando as interações sobre conteúdos que causam sofrimento e exigem cuidadosa abordagem (Costa et al., 2020). O programa de atendimento ocorre de forma paralela a projetos de pesquisa envolvendo universidades públicas.

No caso deste estudo, os participantes da intervenção focalizada foram 10 famílias, com adolescentes do gênero masculino de 13 a 17 anos. Para os fins deste artigo, fez-se um recorte considerando unicamente os adolescentes com idades entre 16 e 17 anos, que se encontram na iminência de atingirem a maioridade, questão de maior interesse a ser debatida. A partir desse critério de exclusão, os participantes do estudo totalizaram 4 famílias. Todos os adolescentes foram alvo de suspeita ou denúncia de ofensa sexual intrafamiliar e chegaram à instituição por encaminhamento do Ministério Público ou por já estarem inseridos em cumprimento de medidas socioeducativas (justiça juvenil).

Tabela 1 – Características dos adolescentes e famílias

Adolescente	Idade	Membros da família	Vítima	Escolaridade	Renda Familiar
1	16	M, T, 3 Pr (de 19 a 26 anos)	M, 4 anos	E. F II- 8º ano	3 SM
2	17	M, A	M, 7 anos; M, 10 anos	E.F II- 9º ano	Desconhecido
3	16	Mãe, IR	F, 11 anos	E.M- 1ª série	1 SM
4	16	P, M, AM, T, 5 IR (de 7 a 29 anos)	M, 7 anos	E.F II- 8º ano	Menor 1 SM

Nota. M=Mãe; T=tia; Pr=primo; A=Adolescente; P=pai; AM=avó materna; IR=irmão/irmã; F=Feminino; M=Masculino; E.F=Ensino Fundamental; E.M=Ensino Médio; SM=Salário-Mínimo.

Para a análise, dois principais instrumentos foram utilizados: consulta aos prontuários referente aos atendimentos realizados na intervenção psicossocial e a confecção do genograma. O prontuário institucional é um documento que reúne informações de todas as etapas dos atendimentos, desde a entrevista de acolhimento até os encaminhamentos que se façam necessários para o adolescente e a família. Esse instrumento, portanto, possibilitou a identificação dos dados sobre a história de vida do adolescente, da família e da ofensa sexual cometida.

O genograma familiar, por sua vez, consiste em um mapeamento gráfico da história e do padrão relacional familiar, no qual podem ser avaliados a estrutura básica, o funcionamento e os relacionamentos de um determinado grupo familiar (McGoldrick et al., 2012). Esse instrumento possibilitou a coleta de informações acerca da estrutura familiar, da transgeracionalidade, da vinculação, e da delegação da lealdade familiar.

Quanto aos procedimentos adotados, ressalta-se que a intervenção psicossocial grupal contou, inicialmente, com dez adolescentes inscritos e suas famílias, e o processo dos atendimentos teve início a partir de abril de 2017. Todo o procedimento grupal contou com a presença de observadores que registravam falas e comportamentos, e ainda houve um registro ao final de cada sessão. Para ampliar a confiabilidade dos dados, houve uma complementação das informações obtidas junto aos profissionais responsáveis pela coordenação grupal. As sessões que possibilitaram a obtenção das informações aqui discutidas foram a sexta e a sétima, cujo conteúdo foi a construção, a apresentação e a discussão dos genogramas.

Faz-se necessário apontar os impasses presentes nesse tipo de atendimento, o qual reúne características interdependentes. Os adolescentes estão vinculados a dois sistemas que devem atuar em complementaridade: o da justiça e o da saúde. Além disso, a pesquisa também se apresenta de modo complementar e processual à dimensão terapêutica. Em função de interrupções não previstas, problemas da rotina institucional, condição dessa ação ser a única oferecida a esses sujeitos no âmbito público, o grupo somente teve seu encerramento em novembro do mesmo ano. Em termos da ação grupal, o tempo do encerramento traz as avaliações, as decisões e os encaminhamentos necessários, tanto no âmbito da justiça juvenil como no âmbito da saúde.

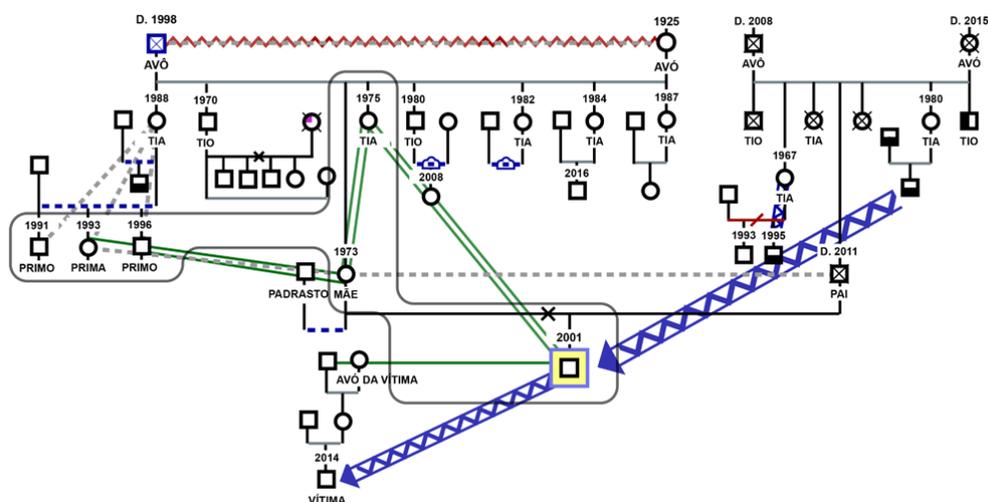
No que diz respeito à pesquisa, o encerramento do grupo deu início ao processamento do material a ser completado, registrado, arquivado e analisado. Em especial, os atendimentos realizados de 2017 a 2019 sofreram atrasos em sua preparação para divulgação em face de questões administrativas da unidade de atendimento. Em seguida, houve a eclosão da pandemia de COVID-19.

É importante ressaltar ainda os cuidados éticos adotados, visto que as informações retiradas dos prontuários tiveram o sigilo assegurado, resguardando a identidade dos participantes nas análises. O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, tendo seu parecer aprovado sob número 2.054.880, no ano de 2017.

RESULTADOS

Considerando os instrumentos adotados, nesta seção são apresentados os Genogramas e os principais dados sobre a história familiar de cada um dos adolescentes, conforme recorte já apontado.

Figura 1 – Genograma do adolescente 1



No momento da coleta de informações, o adolescente cursava o oitavo ano do Ensino Fundamental e estudava inglês, tendo repetido por três vezes esta série. Ele gostava de andar de bicicleta e skate e de jogar videogame. A mãe, ainda muito nova, migrou para uma cidade grande para trabalhar como empregada doméstica, conheceu o pai, logo em seguida engravidou, e este foi baleado, ficando paraplégico. Até os oito anos de idade, o adolescente recebeu pouca atenção da mãe devido aos cuidados com o pai. Após a morte deste, a mãe e sua irmã passaram a suprir todos os desejos materiais do adolescente, com poucos limites, possibilitando que não se soubesse onde o adolescente estava, o que ele fazia e com quem se encontrava. A história da ofensa sexual ocorreu com o neto de quatro anos de um vizinho da família, vizinho esse que o adolescente chamava de avô, devido aos laços de proximidade. A criança era cuidada pelo avô materno no local onde o adolescente também morava.

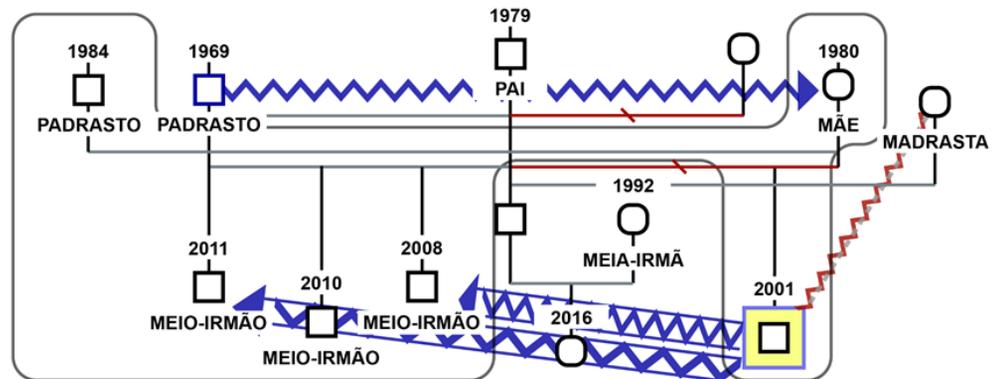
A família desse adolescente agrega tias, primas e primos maternos, permitindo a circulação do afeto em relação a outros núcleos familiares, mais distantes espacialmente. Receber essas pessoas em casa parece ser uma maneira de manter uma

ligação com a família nuclear da mãe. Note-se que a cidade na qual esta pesquisa foi realizada, além de ser de grande porte, é polo de intensa migração na busca por colocação de trabalho.

O adolescente possui uma relação de apego com a tia materna, formando um triângulo afetivo do qual a mãe também participa. Esse triângulo funciona com o objetivo de facilitar o acesso do adolescente à mãe, havendo, portanto, uma intermediação mãe-filho. Os vínculos afetivos do adolescente, portanto, encontram-se na geração anterior e não em sua geração de iguais, o que traz prejuízos para seu pertencimento e integração em subsistemas. Essa condição gera conflitos de afastamento, distanciamento, dificuldade de manter afeto positivo permanente, sendo que a ofensa sexual pode ser uma das maneiras de expressão dessa ansiedade.

Na família, houve violência / violência sexual nas gerações anterior e posterior, tendo como protagonistas: o adolescente, seus primos mais velhos (“mexeram com ele”) e o “primo” de quatro anos (a vítima). A família transita entre afetos positivos e conflitos, em um movimento espiral de unir e separar, promovendo vínculos instáveis e não confiáveis.

Figura 2 – Genograma do adolescente 2

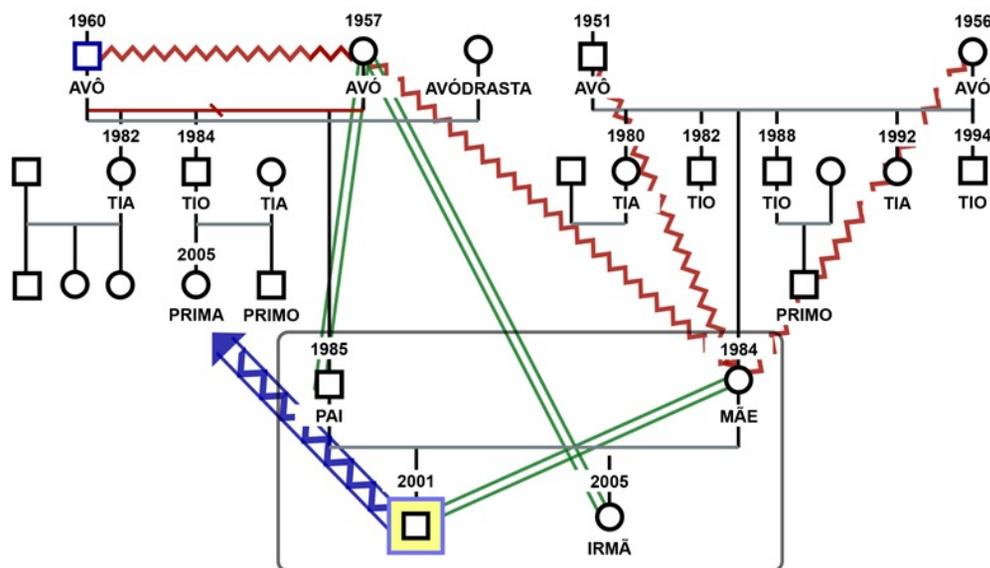


Este adolescente tinha 17 anos na época da pesquisa, cursava o nono ano do Ensino Fundamental, tendo repetido duas vezes o quinto ano. Ainda fazia curso de informática, jogava futebol em uma escolinha e tinha uma namorada. O casamento dos pais durou cerca de dez anos, houve a separação quando o adolescente tinha dois anos, e foi um relacionamento amistoso. A família migrou para a cidade grande naquele período. Atualmente o pai envia uma pensão mensal e se responsabiliza pelas necessidades materiais do filho, sendo que a mãe voltou a se casar e tem três filhos dessa nova união (10, 8 e 7 anos).

Esse padrasto era muito ciumento, impedia a companheira de trabalhar, era agressivo e fazia uso abusivo de bebida alcoólica, gerando muitos conflitos com o adolescente. Em função disso, o adolescente, por dois anos e meio, foi morar com seu pai e depois voltou a morar com a mãe. A mãe e o padrasto acabaram por se separarem, a mãe apresentou uma doença degenerativa e a família sobreviveu, durante um tempo, com auxílio do governo. A mãe voltou a se unir a outro homem (segundo padrasto do adolescente) quando houve uma melhora na situação financeira. A escola de um meio-irmão do adolescente fez uma denúncia de ofensa sexual, que também se estendeu a outro meio irmão. Essa ocorrência foi registrada em dois momentos.

O genograma deste adolescente oferece a oportunidade de visualização, em seu entorno, de um grande círculo de relações conflituosas, violências e distanciamento entre seus membros. As relações que proporcionam o afastamento são: ofensa sexual praticada entre os irmãos; violência física cometida pelo padrasto contra a mãe; rompimento de relações conjugais e relação de conflito e distanciamento do adolescente com a madrasta. Esses conflitos reduzem as possibilidades de o adolescente compor relações afetivas de sustentação dentro e fora do ambiente familiar, suas relações possuem vínculos frágeis, dificultando a percepção de pertencimento ao grupo familiar.

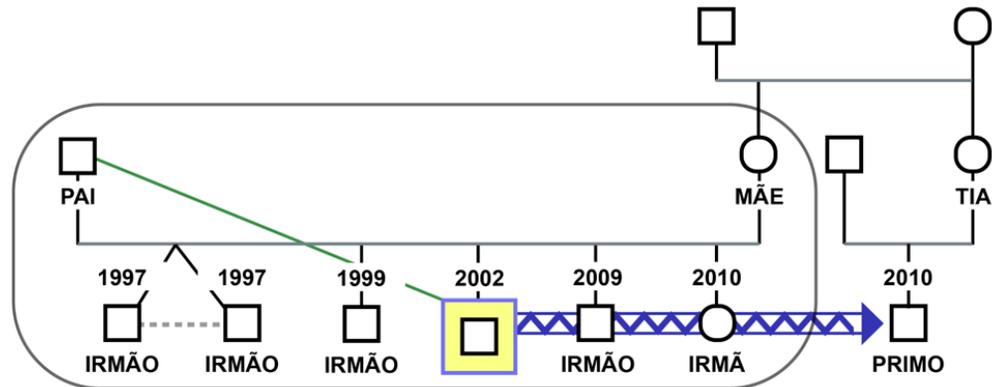
Figura 3 – Genograma do adolescente 3



O adolescente tinha 16 anos, cursava a primeira série do Ensino Médio e namorava uma adolescente de 14 anos na época da pesquisa. Os avós maternos tinham uma relação conflituosa, a avó materna era alcoolista, permanecia vivendo na rua. Essa situação, que ocorreu durante muito tempo, proporcionou sofrimento a todos e levou a mãe do adolescente a trabalhar aos oito anos de idade para ajudar o pai. O avô paterno também era alcoolista, reproduzindo os mesmos conflitos conjugais e familiares. O adolescente nasceu durante a adolescência da mãe. Posteriormente, nasceu mais uma filha, e a família foi morar no lote da avó paterna, o que gerou muitos conflitos. Foi nesse contexto que houve a denúncia do abuso sexual do adolescente contra a prima de 10 anos. O adolescente negou, a mãe informou não haver provas, e os primos permanecem frequentando a casa da avó paterna. No entanto, o adolescente recebeu uma medida socioeducativa de liberdade assistida. Constantes nas relações familiares têm sido as brigas, os conflitos, as separações, os retornos à casa. Esses eventos se repetem envolvendo a geração posterior, do adolescente, e afetando sua percepção de pertencimento.

As figuras parentais da mãe e do pai fazem uso abusivo de álcool. Na família materna, há presença de várias relações mediadas por conflitos. Parece que tanto a mãe quanto o pai vivenciaram situações de conflitos até então, e agora desejam construir uma nova família, pois estão buscando estabelecer relações de proximidade com outros membros e com as pessoas que moram no mesmo lote. Destaca-se que a mãe possui uma relação conflituosa com essa avó paterna. Além disso, há um caso de suspeita de ofensa sexual entre os primos do lado paterno. Essas observações indicam que as relações de conflitos e separações ainda permanecem.

Figura 4 – Genograma do adolescente 4



O adolescente tinha 16 anos e cursava o oitavo ano do Ensino Fundamental na época da pesquisa. Ele tocava bateria na igreja e jogava futebol com os meninos do assentamento (área rural) no qual morava; estava namorando, escondido, uma menina de 13 anos, não tendo comunicado ainda à família dela, por não saber se o relacionamento iria durar. Na residência da família, que era própria, moravam os quatro irmãos, os pais e a avó materna. A mãe relatou que a sua irmã denunciou o adolescente, ao Conselho Tutelar, por ter ofendido sexualmente seu filho de sete anos (primo do adolescente). Em um primeiro momento, a mãe quis obrigar o filho a falar a verdade, em um segundo momento quis proteger o filho. Em função de todos ficarem sabendo (comunidade rural pequena), a família decidiu se mudar do local. Muitas perdas aconteceram: casa cedida sem água nem energia elétrica; a mãe perdeu o emprego; o adolescente saiu da escola por ser muito distante. Essas circunstâncias favorecem a fragilização da percepção de pertencimento familiar.

Poucas informações foram dadas por esta família. O adolescente mora com os pais e mais quatro irmãos, tendo maior apego em relação ao pai. O irmão de 21 anos, no momento da pesquisa, estava servindo ao Exército. A família residia em um lote da família materna. Há presença do símbolo (linha contínua) que envolve o adolescente e os membros da família nuclear, indicando uma interação mais fechada e dependente das pessoas dentro do círculo. Além disso, há a indicação de outro símbolo (linha ziguezague azul) da ofensa sexual praticada pelo adolescente contra o primo materno de oito anos, que se situa fora do círculo fechado da família.

A discussão foi organizada conforme o objetivo proposto: a compreensão sobre a estrutura, os vínculos de lealdade e delegação familiar, nas relações familiares do adolescente que cometeu ofensa sexual, com idade próxima à maioridade. A ocorrência desse evento, envolvendo estes adolescentes, configura uma situação muito delicada, porque carrega os significados presentes na violência sexual, além da implicação jurídica frente a uma idade de transição, da proteção oferecida pelo ECA (Brasil, 1990) à imputação de ação criminosa, conforme o Código Penal (Brasil, 1940). Essa situação só recentemente está sendo olhada com mais atenção, visto que o fenômeno do abuso sexual cometido por adolescente está sendo mais identificado e mais bem estudado (Tavares, Costa & Moreira, 2021). No entanto, em estudos de língua inglesa, essa situação há muito recebe atenção, em função das grandes dificuldades, que esses adolescentes apresentam, no relacionamento com os pais, além de traumas no desenvolvimento, de dificuldades comportamentais e de violações sexuais com maior expressão de violência, e de carência no pertencimento ao grupo familiar por mais tempo (Eastman et al., 2018; Sandvik et al., 2017).

Sobre os resultados, pode-se observar uma estrutura familiar instável, com relações afetivas e sociais baseadas em conflitos, com a presença de rompimentos de relações e afetos, sendo que esses vínculos parecem se dissolver com facilidade, interferindo na construção do sentimento de pertencimento mútuo. As famílias tiveram a iniciativa (ou se sentiram obrigadas) de empreenderem migrações para melhoria de vida e perspectivas financeiras, facilitando a confusão e/ou acúmulo no desempenho de papéis e a instabilidade na manutenção dos vínculos afetivos já estabelecidos (Minuchin, 1982). Também foram apontadas relações e comunicações violentas, trazendo rompimentos dentro dos subsistemas conjugal, fraternal e filial. A questão que se apresenta, e que deve figurar como importante neste estudo, são as ações ditadas por tentativa de adequação / melhoria / estabilidade financeira. A essa observação acresce-se um aspecto agravante que mostra o adolescente, nesta segunda metade do período da adolescência, tendo comportamentos de busca por ganho financeiro por conta própria (Tavares et al., 2021). Além disso, essa movimentação geográfica prejudica a presença da hierarquia e da autoridade perante os adolescentes, bem como os vínculos de cuidado e supervisão parental, fragilizando, ainda, os laços conjugais (Conceição et al., 2014; Penso et al., 2013).

Os movimentos migratórios também evidenciam uma baixa expectativa de receber apoio dentro do sistema familiar. As mudanças se impõem e a família tem que empreender um processo de adaptação privilegiando a sobrevivência e, desse modo, alterando ou alargando as fronteiras. Por outro lado, a continuidade de um subsistema é frágil, e as regras de sua constituição são atropeladas em função da sobrevivência material. Exemplos dessas condições são as mudanças para cidades que possam oferecer maiores oportunidades de ganho financeiro e a busca por novos relacionamentos amorosos das mães, com o intuito de obter garantia de algum recurso financeiro permanente (Minuchin, 1982; Penso & Neves, 2008; Penso et al., 2013).

As curtas histórias de vida desses adolescentes esclarecem e repetem as histórias de vida familiares que contêm um estado de estresse permanente. Há que se fazer também uma observação importante no que diz respeito a dificuldades das famílias em narrarem histórias que trazem vergonha, que revelam comportamentos suspeitos e/ou criminosos, e que evidenciam uma situação de exclusão social (Costa et al., 2017; Eastman et al., 2018; Musicaro et al., 2019). A descontinuidade do prosseguimento dos vínculos, como entrada e saída de figuras parentais, rompimentos

e retomadas de vínculos afetivos com os adolescentes, indicam fragilidade e desconfiança no apoio recebido ou a receber. Essa constatação afeta sobremaneira o subsistema fraternal que se mostra confuso, com interferências de várias origens e tensões internas acrescidas das externas. As condições de equilíbrio, que porventura venham a ser alcançadas, podem se desestabilizar com facilidade (Andolfi, 2018; Costa et al., 2017; Minuchin, 1982).

As contribuições para o estudo da transgeracionalidade têm base na compreensão da lealdade e da justiça familiar. O conceito de lealdade se refere a uma trama invisível de atitudes e relacionamentos, que são vistos como confiáveis pelos seus participantes, os membros da família. Essas relações “confiáveis” são internalizadas em função de expectativas ou de cumprimento de “obrigações”, assim conhecidas como compromissos de lealdade (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1983, p. 57), que acabam por se constituírem em mandatos. O conceito de justiça familiar advém da lealdade como um valor que regula a organização dos relacionamentos, como se todos os membros da família fossem responsáveis pela escrita de um “livro maior” (p. 72), na metáfora criada por Boszormenyi-Nagy e Spark (1983). Além disso, as obrigações referem-se à construção de um legado, o patrimônio (não material), que diz respeito aos cuidados mútuos registrados em uma geração e que são transmitidos às gerações seguintes como um exemplo de segurança da sobrevivência individual e grupal (familiar). Nessa perspectiva, a justiça se mostra presente quando as relações são percebidas como mútuas em sua completude afetiva (interrelação gratificada), e a injustiça, quando a carência e o débito afetivo se mostram como desiguais e/ou faltosos (Penso et al., 2013). Acresce-se que esses cuidados podem ser positivos ou negativos, isto é, legando cuidados que transmitam valores de crescimento, afeto, autonomia ou de doenças ou formas disfuncionais de relacionamento (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1983; Bucher-Maluschke, 2008).

Pode-se observar que as soluções encontradas para os conflitos familiares têm sido buscadas sempre dentro das relações que envolvem a geração anterior; assim, reproduzindo os conflitos de lealdade entre conjugalidade e parentalidade. A supervisão parental é legada à geração anterior, que acaba por repetir as mesmas condutas que geraram os conflitos anteriores. Autores nacionais têm descrito esta situação como um processo de “terceirização” dos cuidados daqueles adolescentes que ofenderam sexualmente, os quais são encaminhados para serem educados / supervisionados por membros da família da geração anterior (avós, bisavós) que assumem essas funções (Borges, 2022; Costa et al., 2014; Said & Costa, 2019; Tavares et al., 2021). É importante assinalar que esses autores têm efetuado seus estudos com famílias de baixa renda, moradores de periferia, inseridos em ambientes com poucos recursos comunitários e/ou institucionais.

No entanto, as contribuições de estudos em língua inglesa para essa questão revelam autores com preocupações neste sentido, ainda que as condições familiares sejam social e financeiramente diferentes (Daigle & Hoffman, 2018; Lauritsen & Carbone-Lopez, 2011; Turner et al., 2016). O argumento defendido, no presente texto, é o de que as dívidas de lealdade desenvolvidas nas famílias são mescladas com uma realidade financeira desfavorável, no caso dos estudos nacionais. Essa condição leva a uma confusão de papéis, de autoridade, de afeto entre as gerações, evidenciando fronteiras pouco nítidas e reversíveis em função da realidade socioeconômica.

Os vínculos de lealdade estão profundamente ligados aos compromissos éticos assumidos entre membros das famílias e entre gerações. A delegação é um conceito que está associado à contabilização de obrigações, méritos e culpa presentes

nas relações no sistema e nos subsistemas da família (Boszormenyi-Nagy & Sparks, 1983). As relações parentais ou conjugais estabelecem continuamente compromissos interiorizados que se expressam em comportamentos de defesa da união entre os membros ou da união do grupo familiar. A delegação é a “obrigação” de assunção de um compromisso ético (afetivo, emocional) estabelecido em uma geração; tal compromisso é “comunicado” à geração seguinte, na qual um membro traz para si a execução dessa “obrigação”. O que conta nessa situação é a valorização e a manutenção do patrimônio familiar (união). A delegação atua como uma força que retroalimenta os vínculos, os afetos e os elementos que compõem a união familiar (Boszormenyi-Nagy & Sparks, 1983; Bucher-Maluschke, 2008). Desse modo, as direções de mudanças, dentro da dinâmica familiar, podem ser centrípetas ou centrífugas, isto é, alargando ou restringindo os respectivos comportamentos nas relações familiares.

O patrimônio psicológico entre as gerações é comunicado de forma não consciente, estabelecendo um vínculo entre aquele que dá e aquele que recebe, e tem duas vertentes, positiva e negativa. Nos casos dos participantes desta pesquisa, a vertente negativa pode ser observada sob a forma de uma transmissão de lealdade do “patrimônio do alcoolismo” (Bucher-Maluschke, 2008, p. 80). São muitos os conflitos que podem se mostrar presentes nesta vertente negativa. Embora, aparentemente a família não tenha vantagem em perpetuar essa condição doentia, seus membros passam a intensificar relações em torno do problema, incrementando união familiar, mesmo que não consigam transformar a injunção de repetição.

A observação mais acurada dessas questões, envolvendo a transgeracionalidade na família, deve ser associada a estudos que preconizam que o adolescente que comete ofensa sexual precisa ser compreendido em meio aos contextos reconhecidamente de vulnerabilidade: o individual, o familiar e o comunitário (Costa et al., 2014; Lauritsen & Carbone-Lopez, 2011; Rodgers & McGuire, 2012). O contexto de vulnerabilidade social conduz a um início da vida sexual de forma precoce, aos 11/12/13 anos, sendo que, se estiver associado à presença de intensos conflitos intrafamiliares e/ou conjugais, pode estabelecer competição com as regras e as tentativas de cumprir disciplina por parte dos pais. Esses adolescentes tendem a apresentar riscos de engajamento em comportamentos sexuais problemáticos.

Como foi apontado anteriormente, famílias desconectadas socialmente, pobreza na vinculação com a comunidade, merecem ser observadas e cuidadas por profissionais que incrementem a proteção de seus membros, por meio de visita domiciliar ou de grupo de suporte aos pais ou à família (Spilbury & Korbin, 2013). Os fatores protetivos familiares que podem equilibrar as vulnerabilidades sociais são a mobilização permanente dos pais, uma boa relação entre os membros parentais, bem como sua supervisão, autoridade, comunicação clara e suficiente. A presença constante de atenção e de interesse pelo adolescente pode minimizar a tendência a um padrão descontínuo de relacionamentos (como foi observado nas quatro histórias), uma interação caótica, desengajamento dos vínculos afetivos, baixa coesão relacional, dependência dos membros da família de origem e baixa qualidade de vinculação parental (Borges & Costa, 2020; Rodgers & McGuire, 2012).

A preocupação com a dinâmica familiar implica necessariamente que haja uma compreensão das relações específicas com o pai e a mãe desse adolescente. Estudos mostram que nesse contexto de vulnerabilidade social e financeira, a família se volta prioritariamente para garantir as necessidades materiais, buscando a colocação de vários de seus membros em postos de trabalho (Borges, 2022; Conceição et al., 2014; Costa et al., 2020). Juntamente com o movimento

migratório, que afasta a família nuclear de sua família de origem, tem-se pai e mãe fora de casa rotineiramente, e dependentes de outras pessoas para cuidarem de seus filhos. Essas pessoas têm, em sua maioria, uma idade mais avançada (avós, avôs) (Conceição et al., 2014; Costa et al., 2014; Costa et al., 2017). Essa conjuntura traz afastamentos, carências afetivas, disputas, parentalização e falta de pertencimento. A parentalização merece uma atenção especial, pois há uma sinergia que favorece esse tipo de organização: conjugalidade ocasional e/ou frágil; presença de muitos membros da família em interdependência contínua com a mãe, “distraindo-a” de vinculação íntima com o adolescente; configurações parentais construídas em prol da sobrevivência familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou dar ênfase a dois aspectos que ainda são negligenciados por pesquisadores: a ofensa sexual intrafamiliar e os adolescentes que as cometem. Toda essa temática e esses sujeitos constituem um tabu que tem dificultado um interesse maior por parte de pesquisadores de diferentes saberes, bem como de ação profissional. A pequena amostra apresentada é justificada em face dessas observações, mas também pela escolha do instrumento. No entanto, o foco na construção da transgeracionalidade traz luz e melhor compreensão sobre o fenômeno da ofensa sexual intrafamiliar e sobre o seu cometimento por adolescentes que estão na segunda metade dessa etapa do desenvolvimento. Esse ponto é fundamental, pois evidencia que novos estudos precisam ser incrementados com esse objeto de interesse.

Apesar da quantidade reduzida de profissionais que lidam diretamente com demandas desse tipo, os casos de ofensa sexual são muito frequentes nos diversos campos de atuação do trabalho psicossocial. Nesse sentido, sugere-se aos trabalhadores que evidenciem os aspectos de vulnerabilidades resultantes dessa situação. Trazer à luz esses fatores para a família permite a transformação do risco em proteção e a interrupção do ciclo da violência. Um avanço consciente, por parte dos membros da família, sobre a repetição de padrões de relacionamentos violentos caracterizados nas histórias familiares aqui representadas, é fundamental para as mudanças desejadas, em especial no lugar ocupado pelo adolescente que ofende sexualmente no grupo familiar. No entanto, a superação das vulnerabilidades expostas neste trabalho não se esgota apenas na escolha ou nas atitudes comportamentais do ambiente familiar. Por esse motivo, compreende-se a necessidade de que profissionais possam propor o cuidado baseado em atividades articuladas intersetoriais.

- Andolfi, M.** (2018). *A Terapia Familiar Multigeracional. Instrumentos e Recursos do Terapeuta*. Belo Horizonte: Artesã.
- Andolfi, M., & Angelo, C. F.** (1989). *O Tempo e o Mito em Psicoterapia Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi, M., & Mascellani, A.** (2012). *Histórias de la adolescência: Experiencias en terapia familiar*. Buenos Aires: Gedisa.
- Brasil.** (1940). Código Penal Brasileiro. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro. Recuperado: Fev. 2020. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Brasil.** (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990. Recuperado: Fev. 2019. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
- Borges, M. M.** (2022). *Adolescência e ofensa sexual: [In] Visibilidade dos Vínculos Familiares*. São Paulo: Dialética.
- Borges, M. M., & Costa, L. F.** (2020). Adolescentes ofensores sexuais atendidos em uma instituição de saúde do Centro-Oeste do Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 140-158. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i2p.140-158>
- Boszormenyi-Nagy, I., & Sparks, G. M.** (1983). *Lealtades Invisibles*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F.** (2008). Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In M. A. Penso & L. F. Costa (Eds.), *A transmissão geracional em diferentes contextos* (pp. 76-96). São Paulo: Summus.
- Conceição, M. I. G., Penso, M. A., Costa, L. F., & Carreiro, T.C.O.C.** (2014). Relação pai-filho em adolescentes que cometeram ato infracional de natureza sexual e social. *Revista de Direito da Infância e da Juventude – RDIJ*, 2(3), 337-252.
- Costa, L. F. & Penso, M. A.** (2008). A compreensão da família como sistema. In L. F. Costa, M. A. Penso, & M. I. G. Conceição (Eds.), *Abordagem à Família no Contexto do Conselho Tutelar* (pp. 49-60). São Paulo: Ágora.
- Costa, L. F., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., & Ströher, L. M.** (2014). Violências e Violências: As Relações Familiares do Adolescente Ofensor Sexual. In L. F. Habigzang & Williams, L. C. (Eds.), *Tecnologias Sociais: Intervenções Psicológicas no Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes*. Curitiba: Juruá.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Conceição, M. I. G., & Carreiro, T. C. O. C.** (2017). Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 995-1010. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004722016>
- Costa, L. F., Penso, M. A., Lordello, S. R., & Moura, M. G.** (2020). Atuação Sistêmica na Comunidade: o grupo multifamiliar no contexto do adolescente que cometeu ofensa sexual. In J. S. N. F. Bucher-Maluschke & J. A. Alcântara (Eds.), *Perspectiva sistêmica e práticas em psicologia. Temas e campos de atuação* (pp. 207-224). Curitiba: CRV.
- Daigle, L. E., & Hoffman, C. Y.** (2018). Violent victimization and future expectations: Results from a longitudinal study of at-risk youth. *Victims & Offenders*, 13(6), 798-813. <https://doi.org/10.1080/15564886.2018.1479909>

- Eastman, O., Craissati, J., & Shaw, J.** (2018). Young adult sexual offenders with emerging personality disorders: developmental and offence-related characteristics and treatment engagement. *Journal of Sexual Aggression*. <https://doi.org/10.1080/13552600.2018.1551501>
- Esteves de Vasconcelos, M. J.** (2012). *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus.
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A.** (2009). Lifetime assessment of polyvictimization in a national sample of children and youth. *Child Abuse and Neglect*, 33(7), 403–411. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.09.012>
- Fishman, H. C.** (1989). *Tratamiento de adolescentes con problemas. Un enfoque de terapia familiar*. Buenos Aires: Paidós.
- Flick, U.** (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed/Bookman.
- Imber-Black, E.** (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Lauritsen, J. L., & Carbone-Lopez, K.** (2011). Gender Differences in Risk Factors for Violent Victimization: An Examination of Individual-, Family-, and Community-Level Predictors. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 48(4), 538-565. <https://doi.org/10.1177/0022427810395356>
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S.** (2012). *Genogramas: avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S.** (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Arte Médicas.
- Minuchin, S., Lee, W. Y., & Simon, G. M.** (2008). *Dominando a terapia familiar*. Porto Alegre: ArtMed.
- Musicaro, R. M., Spinazzola, J., Arvidson, J., Swaroop, S. R., Goldblatt Grace, L., Yarrow, A., Suvak, M. K., & Ford, J. D.** (2019). The Complex Adaptation to Childhood in Polyvictimization in Youth and Young Adults: Recommendations for Multidisciplinary Responders. *Trauma, Violence, and Abuse*, 20(1), 81-98. <https://doi.org/10.1177/1524838017692365>
- Neuburger, R.** (1995). *La familia dolorosa. Mito y terapias familiares*. Barcelona: Herder.
- Penso, M. A., & Neves, V. L.** (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In M. A. Penso & L. F. Costa (Eds.), *A transmissão geracional em diferentes contextos* (pp. 123-142). São Paulo: Summus.
- Penso, M. A., Costa, L. F., & Ribeiro, M. A.** (2008). Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In M. A. Penso & L. F. Costa (Eds.), *A transmissão geracional em diferentes contextos* (pp. 9-23). São Paulo: Summus.
- Penso, M. A., Costa, L. F., Conceição, M. I. G., & Carreiro, T. C. O. C.** (2013). As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional social e de natureza sexual. *Interações*, 25, 151-179. <https://doi.org/10.25755/int.2856>
- Rodgers, K. B., & McGuire, J. K.** (2012). Adolescent Sexual Risk and Multiple Contexts: Interpersonal Violence, Parenting, and Poverty. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(11), 2091-2107. <https://doi.org/10.1177/0886260511432148>
- Said, A. P. & Costa, L. F.** (2019). Dinâmicas familiares de meninos vítimas de abuso sexual. *Paideia*, 29, e2908. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2908>
- Sandvik, M., Nasset, M. B., Berg, A., & Søndena, E.** (2017). The Voices of Young Sexual Offenders in Norway: A Qualitative Study. *Open Journal of Social Sciences*, 5, 82-95. <https://doi.org/10.4236/jss.2017.52009>

- Spilbury, J. C., & Korbin, J. E.** (2013). Social Networks and Informal Social Support in Protecting Children from Abuse and Neglect. *Child Abuse & Neglect*, 37(5), 8-16. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.10.027>
- Tavares, A. S., Costa, L. F., & Moreira, D. L.** (2021). Ofensa sexual cometida por adolescentes jovens/adultos. *Aletheia*, 54(2), 82-94. <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/issue/view/363>
- Tomaz, A.** (2013). *O abuso incestuoso entre irmãos e disfuncionalidade familiar*. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, sociais e da vida.
- Turner, H. A., Shattuck, A., Finkelhor, D., & Hamby, S.** (2016). Polyvictimization and youth violence exposure across contexts. *Journal of Adolescent Health*, 58(2), 208-214. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2015.09.021>
- Zappe, J. G., Alves, C. F., & Dell’Aglia, D. D.** (2018). Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos. *Psicologia em Revista*, 24(1), 79-100. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/8613/14027>
- Zappe, J. G., & Dapper, F.** (2017). Drogadição na adolescência: família como fator de risco ou proteção. *Revista de Psicologia IMED*, 9(1), 140-158. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i1.1616>

MARIANA MIRANDA BORGES

Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica e Cultura/UnB, docente da FACDO (Faculdade Católica Dom Orione), Araguaína, TO, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-6665-7804>

<http://lattes.cnpq.br/7434131460333185>

E-mail: marianamiborges@terra.com.br

LIANA FORTUNATO COSTA

Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica, Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Professora Emérita da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

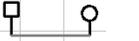
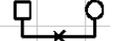
<http://orcid.org/0000-0002-7473-1362>

<http://lattes.cnpq.br/0374051864999315>

E-mail: lianaf@terra.com.br

ANEXO

O genograma consiste na representação gráfica da família por meio dos seguintes símbolos:

	Homem		Adolescente ofensor		Relação distante
	Mulher		Aborto		Relação próxima
	Morte		Segredo		Relação de Amor
	Uso abusivo de álcool		Noivo		Relação de conflito
	Depressão		Casamento		Relação de conflito e distância
	Câncer		Separação		Relação próxima e de conflito
	Vícios em jogos		Viúvo		Rompimento da relação
	Transtorno mental ou deficiência física		União Consensual		Ameaça
	Uso abusivo de drogas		Separação da união consensual		Violência Física
	Recuperação do uso abusivo de drogas		Relação de apego		Ofensa sexual
			Núcleo familiar		